

Os desafios da transição para a década de 20

Ricardo Abramovay – matéria de Amália Safatle

Valor Econômico, 3.1.2020

Transição para a década de 20 vem repleta de incertezas tecnológicas e políticas, mas acompanhada por avanços na sociedade

O ano de 2020 marca o epílogo da década de 10, que mudou radicalmente a forma como ouvimos música, assistimos a filmes e TVs, lemos notícias e livros, pagamos nossas contas, compartilhamos automóveis, casas e nossas vidas privadas. Transformou ainda como trabalhamos e organizamos nossas carreiras. Mas alterou também as visões baseadas em instituições. A promessa de um mundo plural e democrático, acenado por uma organização em rede, horizontalizada e sem fronteiras, ficou em algum lugar dos anos 10. Ao mesmo tempo em que questões identitárias ganharam força na sociedade, o presente tem flertado com o passado: negacionismo científico, ascensão do nacionalismo, combate à globalização e ao ambientalismo, polarização ideológica, perseguição a minorias e concentração de poder econômico nas gigantes digitais.

E como será o futuro? O que a humanidade deseja da onda avassaladora de mudanças que vieram para ficar, como inteligência artificial (IA), internet das coisas (IoT), Big Data, impressão 3D, nano e biotecnologia e o que mais surgir? A era da informação vem acompanhada da sociedade da vigilância, ao passo que a IA coloca sob risco privacidade, autonomia e até mesmo a relevância do ser humano, como afirma o historiador Yuval Noah Harari em passagens perturbadoras de “21 Lições para o Século 21” (Companhia das Letras).

Segundo Harari, a fusão da inteligência artificial com a biotecnologia suplantará habilidades até então entendidas como únicas do ser humano. Por isso, diz ele em seu último livro, esta revolução tecnológica será diferente das anteriores. Com o autoaprendizado, computadores e algoritmos já estão se tornando seus produtores e consumidores. Isso fará do ser humano uma peça cada vez menos relevante em uma engrenagem que toma decisões de forma autônoma, prescindindo de pessoas. “Talvez no século XXI as revoltas populares sejam dirigidas não contra uma elite econômica que explora pessoas, mas contra a elite econômica que já não precisa delas. Talvez seja uma batalha perdida”, escreve o historiador.

“Harari envereda para um fatalismo tecnológico. Não sei se isso acontecerá de fato porque, a cada passo dado, existe um movimento importante de reação, que dará o tom dos anos 2020”, diz o sociólogo Ricardo Abramovay, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Segundo ele, as “big techs” - empresas mais importantes do ponto de vista econômico, tecnológico e cultural na organização do capitalismo contemporâneo - eram legitimadas até o início dos anos 10 pelas renovações que traziam e capacidade de romper com hierarquias consolidadas. “Mas, daqui para frente, essas organizações terão de lidar com uma contestação social inédita, jamais sofrida na história pelas empresas que dominaram a sua época, e vai muito além do debate sobre monopólio econômico.”

Um exemplo de reação é o Instituto de Engenheiros, Eletricistas e Eletrônicos (Ieee), que reúne cerca de 400 mil profissionais do mundo e discute a governança da IA, lançando alertas sobre limites éticos e questionando os benefícios da tecnologia para a

espécie humana. Outro instituto dedicado a questões como essa é o Future of Life, liderado pelo professor Nick Bostrom, da Universidade de Oxford. Ele lista a IA como o terceiro risco essencial para a espécie humana, precedido pelo nuclear e pela mudança do clima.

“A IA é uma das tecnologias mais significativas, não da década, mas da história de nossas espécies”, afirma Adam Pantanowitz, professor da Singularity University, na África do Sul. A universidade é uma grande entusiasta da inteligência artificial, especialmente a cognitiva, em que as máquinas imitam a tomada de decisão, o comportamento e as emoções humanas. Seu fundador, Ray Kurzweil, aposta na tecnologia não só para proporcionar o bem-estar, tais como a prevenção e o tratamento de doenças, mas também para levar o ser humano à imortalidade, criando um ser pós-humano.

Enquanto os debates existenciais tendem a crescer, continuarão em pauta nos próximos anos questões prementes, tais como ocupar a imensa massa de pessoas desatualizadas pelo avanço tecnológico que está só no início, e dar utilidade a quem tende a ser suplantado pelas máquinas, evitando que as desigualdades se agravem. Pantanowitz argumenta que a IA possui tendência natural de democratizar o acesso aos bens e serviços, à medida que os tornam mais acessíveis e baratos. “Em vez de impedir, precisaremos apoiar essa democratização, pois quanto mais tempo passa, aumenta o risco de que a disparidade se amplie”, diz.

Sergio Alexandre Simões, líder da área digital da PwC Brasil, também entende que o problema não está na tecnologia, mas em prover a formação necessária para qualificar a mão de obra diante das habilidades requeridas. “A Coreia do Sul é o país mais automatizado e com menor desemprego, apenas 3,6%. Eles observaram o que ia acontecer e fizeram a coisa certa na hora certa, focalizando a educação”, diz.

Já Heliezer Viana, diretor de tecnologia da consultoria Mazars, pontua que a capacidade humana de se reinventar não é tão veloz como a tecnologia que vem chegando. O supercomputador quântico do Google, por exemplo, faz hoje em segundos o que um computador leva semanas ou meses. Por isso, a desigualdade tenderá a aumentar com o avanço dessas novas tecnologias, especialmente no Brasil, onde a população praticamente desconhece termos como IA, Big Data, IoT e Indústria 4.0.

O Brasil, que para Simões já perdeu a corrida dessa onda tecnológica, ainda tem oportunidade de liderar como ninguém a que está emergindo: a biotecnológica. Isso devido ao potencial que o país possui em recursos naturais, biodiversidade e produção agrícola. Ele cita o desenvolvimento de plásticos biodegradáveis e fertilizantes inteligentes, com menor toxicidade. “A Embrapa deveria se focar 100% nisso”, diz.

Mas a equação que envolve empregos, inovação e geração de renda é mais complexa, na visão do cientista político Sérgio Abranches. Ele observa que o capitalismo como o conhecemos está em seus estertores, enquanto a nova ordem econômica ainda não está dada. Isso porque o sistema capitalista passou a ser dominante justamente quando o padrão tecnológico viria a mudar de maneira disruptiva. “Quando o Muro de Berlim caiu, a internet já se preparava para nascer”, diz.

Nos próximos anos, com a internet das coisas substituindo a manufatura e as transformações que virão da inteligência artificial, as relações tradicionais entre capital e trabalho tendem a se dissolver no ar, avalia Abranches. “Isso levará o capitalismo a seu limite. O que sairá daqui a duas ou três décadas será totalmente diferente do que vivemos até agora.”

Ao mesmo tempo, a combinação entre recessão fiscal e desproteção aos trabalhadores será perversa. Avanços tecnológicos historicamente destroem empregos enquanto criam outros, mas a qualificação necessária para operar o mundo novo é tão sofisticada quanto incerta.

Abranches lembra que no ciclo de mudanças na economia americana promovido pelo presidente Bill Clinton, na década de 1990, foram destruídos cerca de 80 milhões de empregos nos EUA. Durante muito tempo, o desemprego ficou alto. Mas, ao fim daquele governo, mais de 100 milhões de empregos foram gerados, com 60% da força de trabalho americana trabalhando em uma ocupação que não existia antes da crise. O dinamismo da economia americana, pelo fato de ser um dos centros da inovação tecnológica mundial, permitiu essa reabsorção.

Só que os últimos anos trouxeram novos elementos estruturantes, como a concentração de valor e de tecnologia nas gigantes digitais. Houve uma consolidação das cinco empresas americanas de tecnologia como as maiores do mundo - Amazon, Facebook, Alphabet (Google), Apple e Microsoft. E essas gigantes tendem a adquirir as startups que ameaçam seu poderio. “Trabalhos acadêmicos mostram que essas empresas estão esterilizando muito mais a inovação do que inovando. [O economista Joseph] Stiglitz fala sobre isso, e essa é a tese básica do livro ‘Economia do Conhecimento’, do [filósofo Roberto] Mangabeira Unger”, diz Abramovay, do Instituto de Energia e Ambiente da USP.

“A riqueza está cada vez mais concentrada em menos empresas porque elas precisam ser altamente eficientes, consolidadas, com economia de escala e altamente robotizadas”, diz José Luiz Kugler, coordenador do MBA executivo em economia e gestão na FGV, especializado em “business analytics” e Big Data.

Some-se a isso o movimento de convergência das gigantes digitais como Facebook, Apple Amazon e Google com o setor financeiro, por meio de grandes bancos como Goldman Sachs e Citigroup. Segundo Luis Ruivo, líder de consultoria em serviços financeiros da PwC Brasil, a estratégia das “big techs”, ao oferecer serviços financeiros por meio da parceria com os bancos, é reter mais o cliente em suas plataformas e assim ter acesso a ainda mais informações sobre ele. Ao mesmo tempo, as “big techs” ingressam em um segmento rentável, sem precisar arcar com a parte custosa e trabalhosa exercida pelos bancos que é o compliance.

Esse movimento de concentração vai na contramão da descentralização financeira acenada, por exemplo, por tecnologias como blockchain, ciência de dados e criptomoedas, além das fintechs. Elas trazem a promessa de inclusão financeira e o atendimento ao público desbancarizado, que soma 1,7 bilhão de adultos no mundo, segundo o Banco Mundial. “Os grandes bancos nunca vão acabar porque, na hora em que acharem uma fintech interessante, vão comprá-la”, diz Ricardo Rochman, coordenador do mestrado profissional em economia da FGV. Mas o que mais chama sua atenção é o poderio das gigantes tecnológicas: “Só o que a Apple possui de aplicações em caixa corresponde ao patrimônio do nosso Sistema Financeiro Nacional. Se ela quiser montar um banco do tamanho do SFN, terá dinheiro para isso”, afirma.

Para Abranches, a circulação da renda na economia está mudando tanto, que as empresas não sabem mais qual será o tamanho do seu mercado. Setores da economia que eram dinâmicos no passado passam a ser decadentes, enquanto os setores emergentes ainda são pequenos e experimentais demais para produzir para gerar um alto nível emprego e renda. O cientista político faz a mesma pergunta de Kugler: “Como será possível gerar riqueza para empregar todo mundo, remunerar o capital e distribuir

renda? Estamos perplexos, em busca de explicações. Portanto, o baixo crescimento econômico é um padrão claro desta era da transição.”

O crescimento mundial, na visão de Zeina Latif, economista-chefe da corretora XP Investimentos, também sofrerá as consequências do comércio estagnado neste momento em que a globalização sai de moda. “A gente já vive essa ressaca. Os países estão se fechando. Será muito desafiador, por exemplo, colocar de pé o acordo entre União Europeia e Mercosul”, diz.

Ela diz que, ao mesmo tempo em que a economia cresce menos, os investidores estão mais seletivos, sentados em cima de uma enorme liquidez. Com isso, colocam parte desses recursos em portos seguros, elevando a demanda por títulos do Tesouro de países de economia avançada. Essa alta demanda explica, a seu ver, os juros baixos ou até negativos que marcam os últimos anos. Outro fator para essas taxas de juros, segundo Zeina, são os baixos índices de inflação, segurados pelo pequeno crescimento e pelos efeitos da tecnologia, como a possibilidade de comparar preços e usar serviços barateados pela economia digital.

Para Zeina, merecem preocupação as consequências geopolíticas do fechamento comercial dos países - em tempos de Brexit. “Conflitos vêm de países que estão mais fechados. Por que as nações na Europa quiseram fazer a União Europeia? Era a blindagem para não ter guerra, pois você não vai guerrear com seu parceiro comercial. Este mundo mais fechado ficou mais propenso a riscos.” A seu ver, acabará comprometendo a inovação. Ela tem dúvidas sobre a aceleração tecnológica daqui para a frente, o que constitui mais um fator de risco para o crescimento na década que, a rigor, se inicia em 2021.

Segundo o Bank of America Merrill Lynch, a tendência de baixa da globalização é exemplificada pela “corrida armamentista tecnológica” entre EUA e China, podendo gerar um “split”: uma tecnologia para o país oriental e outra para o resto do mundo. “A estratégia da China é garantir que 40% de seus chips para celular, 70% de seus robôs industriais e 80% de seus equipamentos de energia renovável sejam ‘made in China’ até 2025”, segundo relatório do banco.

Mesmo com o crescimento em baixa, ainda ancorado na queima de combustíveis fósseis, as emissões de carbono seguem batendo recordes. Ao mesmo tempo, a mudança do clima, juntamente com as desigualdades, são vistas como desafios estruturais à economia, alerta a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Trocar a terminologia de mudança climática para “emergência climática” é um modo como a UE sinaliza que a água subiu da cintura - e a maré em Veneza em 2019 mostrou que isso não é força de expressão. A jovem de 17 anos Greta Thunberg, eleita personalidade do ano de 2019 pela revista “Time”, avisa os adultos que não há mais tempo para retórica: “Não quero sua esperança. Quero que vocês entrem em pânico”.

Motivos, há muitos. Pesquisadores de diversas universidades no mundo afirmam na publicação acadêmica “Nature Climate Change” que estamos na iminência de ultrapassar pontos de não retorno no clima, levando a vida para um território desconhecido e hostil. Esses pontos eram previstos caso a temperatura global ultrapassasse 5°C, mas a má notícia é que isso ocorrerá caso fique entre 1°C e 2°C - e já passamos da primeira marca.

Para Abranches, a realidade começa a se impor de tal modo que ninguém mais conseguirá se eleger negando a mudança climática, como fizeram Donald Trump, Jair

Bolsonaro e Viktor Orbán na Hungria. Entretanto, o setor financeiro continua fomentando as emissões de carbono. Os seis maiores bancos americanos financiaram a indústria de combustíveis fósseis em mais de US\$ 700 bilhões nos últimos três anos, segundo Gregg Gelzins, analista político do Center for American Progress, e Graham Steele, diretor na Stanford Graduate School of Business. E desde 2016, as grandes seguradoras mantêm US\$ 528 bilhões nesses investimentos.

Com isso, a década de 20, chamada de “decade to deliver”, começa com atraso a fazer as entregas necessárias para cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Entre mil empresários de 21 setores em 99 países, a maioria reconhece que podia ter empenhado mais, de acordo com pesquisa da consultoria Accenture, em parceria com a Organização das Nações Unidas. Desde 2016, segundo os executivos, há um refluxo nas ações empresariais em prol da sustentabilidade.

“Nos anos 10, vimos o entusiasmo da responsabilidade das empresas em torno desse tema se esvanecer. Se essa perda é definitiva ou não, ninguém sabe, mas o recuo é evidente”, afirma Abramovay, que enxerga nisso um fator político. “As consequências da ascensão da ultradireita no mundo todo é que o setor empresarial, especialmente nos últimos anos, perdeu o fator de coesão que havia ganhado na Rio+20 [conferência da ONU realizada em 2012]”, diz.

A partir disso, o historiador ambiental José Augusto Pádua, professor associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conclui que não existe lata de lixo na história. “As ideias, mesmo as mais reacionárias e ignorantes, não morrem. Elas sempre encontrarão canais onde podem circular e retornar ao poder.” Para ele, o acontecimento mais notável da última década, com reflexos importantes para o período que se inicia em janeiro do ano que vem, foi a reversão do consenso que estava sendo formado em relação à proteção ambiental e à sustentabilidade. “Não havia mais setores sociais relevantes negando a importância desses temas. O antiambientalismo já existia, mas ganhou força política.”

O drama é que isso ocorre no momento em que a sociedade deveria estar empenhada em evitar o ponto de virada climático que se avizinha. Fernando Reinach, biólogo e sócio do Fundo Pitanga, de venture capital, vê os últimos anos como aqueles em que pessoas bem-informadas tomaram a consciência do que está ocorrendo, mas também se deram conta de que será muito difícil reverter a situação. “Já se sabe que as metas necessárias de redução não serão cumpridas. As pessoas não estão dispostas a sacrificar o presente em nome de gerações que nem nasceram.” Reinach, portanto, diz acreditar que a década de 20 será a da humildade: o reconhecimento de que o homem foi incapaz de solucionar um problema que afeta sua existência e pode levá-la inclusive ao desaparecimento.

Integrar as pautas ambiental e socioeconômica com as bandeiras de direitos humanos, questões identitárias e intergeracionais será o principal desafio do desenvolvimento sustentável nos anos 20, na visão de Reinaldo Bulgarelli, professor na Fundação Getúlio Vargas e consultor empresarial em diversidade e direitos humanos. “Depois que as diferentes gerações já foram categorizadas, será o momento de aprimorar a relação entre elas, considerando o envelhecimento, o empreendedorismo depois dos 50 anos, os desafios da previdência social e a assimilação das novas tecnologias”, diz.

No campo identitário, a psicanalista Maria Homem vê uma evolução civilizatória irreversível. “As reações da lógica patriarcal e misógina são um sinal de que isso doeu e está doendo. O refluxo foi pesado, mas não é a tendência”, diz Maria, para quem a vertente incontornável é a instauração do fluxo de modernidade que vem de longos cinco séculos atrás, desde a revolução copernicana, quando a Terra saiu do centro do

universo. E especialmente desde as revoluções americana e francesa, quando a civilização ocidental pactuou que todos são iguais perante à lei em um estado democrático de direito.

Para projetar o que vem pela frente, o psicanalista Jorge Forbes faz digressão ainda mais longa, de 2,8 mil anos. Naquela época, diz, houve uma primeira organização, com o homem comparando-se à natureza. Assim como uma fruta, nascia, crescia, morria e virava semente. Uma vez servo, sempre servo. Uma vez senhor, sempre senhor. Depois, essa organização aristotélica foi suplantada pela religião, especialmente a partir do século III da era cristã. Em vez da natureza, o homem passou a se organizar pela ética religiosa. “Era um marketing muito melhor. Em vez de virar semente, você tinha a vida eterna.” Mas o terremoto de Lisboa em 1755 veio mudar novamente o paradigma. Teria havido uma decepção com Deus, fazendo surgir a terceira organização, dessa vez em relação ao saber. Ou seja, com o Iluminismo. “Foi a primeira referência do homem com relação a si mesmo”, diz.

Embora muito distintas entre si, essas três formas de organização tinham em comum a estrutura vertical: “A natureza está acima de mim, Deus está acima de mim, a razão está acima de mim”. Forbes denomina esse conjunto de Terra 1, o que se diferencia disruptivamente do mundo descortinado pela invenção da web nos anos 1990, chamado de Terra 2 - tema de uma série criada por ele na TV Cultura, em 2017.

Tudo o que era vertical, hierárquico, disciplinado, linear e protocolar passa a se organizar em rede - formato que consolida nas décadas seguintes, com todos os efeitos colaterais que essa ruptura é capaz de acarretar. O primeiro deles é a perda das referências identitárias, uma vez que não há mais padrão, nem papéis definidos. Segundo o psicanalista, você passa a ter de escolher o tempo todo entre uma profusão de opções - inclusive a orientação sexual. A quebra das identidades gerou e continuará gerando ansiedade e depressão. A cada 40 segundos, uma pessoa se suicida, segundo a Organização Mundial da Saúde. Entre jovens de 15 a 29 anos, o suicídio é a segunda maior causa de morte.

“É uma nova ordem. Para quem suporta o risco, é maravilhoso e mais criativo. Para quem não suporta, é horrível, porque essas pessoas queriam que alguém lhes dissesse como agir.” Isso explica dois fenômenos: a autoajuda para laicos e os templos a cada esquina para religiosos.

Para intensificar o fenômeno, essa nova ordem vem acompanhada pela massificação das mídias sociais, com efeitos profundos nas relações interpessoais e políticas. Como explica o filósofo Pablo Ortellado, professor de gestão de políticas públicas na USP, a tecnologia viabilizou a derrubada das barreiras de entrada constituídas pelos meios de comunicação de massa, que anteriormente selecionavam as vozes autorizadas a falar e participar do debate público: os “guardiães do portal”.

À medida que as redes sociais permitem a todos se expressar ao mesmo tempo, cresce a promessa de democratização e da diversidade de vozes. Só que a formação de alinhamentos ideológicos também aumenta, em função de algoritmos definidos por essas plataformas que agrupam as visões de mundo. “As mídias sociais, que trariam mais pluralidade, na verdade trazem menos”, afirma Ortellado, integrante de um dos 12 grupos de pesquisa autorizados a acessar dados do Facebook para fins acadêmicos.

A perda de diversidade pode ser constatada no espectro brasileiro, tendo por base dados estatísticos robustos, considerando que 60% da população brasileira usa o Facebook, durante 4h30min por dia, em média. De 2014 para cá, por exemplo, o pesquisador diz

que a correlação entre feminismo e esquerda passa a ficar altíssima. O mesmo se dá entre direita e o movimento anticorrupção. Até 2013, era bem comum quem interagira com páginas feministas e anticorrupção ao mesmo tempo. Ou quem era de direita e feminista. Mas, a partir do ano marcado pelas Jornadas de Junho, os grupos vão se separando e se amalgamando em polos bem distintos. “Hoje, achar uma pessoa feminista que participa de movimentos anticorrupção é atípico, é um desvio estatístico”, diz Ortellado.

O pesquisador não sabe se as mídias sociais são a causa da polarização ideológica ou somente aceleram um processo de outra natureza. Ele tende a acreditar mais na segunda hipótese, com base na seguinte tese, que vem sendo estudada: a polarização, com a consequente radicalização, seria uma busca de diferenciação política, após os partidos de esquerda, de direita e os liberais ficarem muito parecidos entre si nos anos 1990, em diversos países.

A razão dessa indiferenciação, por sua vez, seria orçamentária. Com pouco dinheiro livre por causa do aumento das despesas discricionárias - pressionadas pelos sistemas de previdência e de bem-estar social -, os partidos não conseguem mais fazer política com uma cara própria. Sem dinheiro, a saída para se diferenciar é abraçar temas que não dependem de recurso, como a agenda moral e de costumes, as quais têm profunda capacidade de dividir a sociedade. “O sistema político, portanto, se reestrutura em cima dessas divisões.”

Continuando as restrições orçamentárias, não há sinal de que isso vá parar. “Se isso se aprofundar, elevará a intolerância e não será surpreendente o aumento significativo de episódios de violência nos próximos anos”, diz.

Isso se daria no contexto de “recessão democrática”, expressão criada pelo cientista político Larry Diamond e que virou “buzzword” no mundo da discussão política, segundo Claudio Couto, coordenador do mestrado profissional em gestão e políticas públicas na FGV. Para ele, essa recessão é causada pela negação da política e dos partidos tradicionais, vistos como corruptos e autointeressados. Ao oferecerem um canal sem intermediários, rápido e de baixo custo, as mídias sociais e a internet passam a dar vazão à negação do establishment, sentimento que é capturado pela política ultradireita. A isso se soma o esgotamento da paciência do eleitor, na medida em que os governos não satisfazem as demandas populares.

As mensagens nas mídias sociais, que tendem a ser superficiais, curtas e grossas, caem como uma luva para traduzir essa falta de paciência que caracterizou a última década e, segundo Couto, não devem arrefecer tão cedo. Sem espaço para nuances e aprofundamentos, esses canais acabam reforçando a radicalização e o extremismo na política. “São apresentadas soluções simples para problemas complexos. [O presidente Jair] Bolsonaro encarna isso perfeitamente”, afirma Couto. Para ele, o presidente da Venezuela Hugo Chávez, morto em 2013, também fazia isso no campo da esquerda. “Os dois são tremendamente parecidos dos pontos de vista da negação da política tradicional, da militarização da vida pública, da destruição das instituições e da demonização da imprensa como inimiga da pátria.”

Para Eugênio Bucci, professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, as tecnologias digitais vêm intensificar uma tendência que já vinha dos tempos da comunicação de massa: transformar o acessório em locomotiva. Ou seja, o entretenimento passa a mover a indústria da comunicação, tornando o jornalismo minoritário. O folhetim vira o carro-chefe, explorando as paixões humanas, inclusive as sensacionalistas, como o desejo de matar e de copular.

“Ganha espaço um tipo de mensagem que dialoga não com aquilo que chamamos de razão, mas que interpela as pulsões do sujeito. Aí, o que está em causa é o prazer, o desejo, a função catártica de tragédias. A violência e a sua representação conquistam um espaço imenso com as tecnologias digitais”, diz.

Para ele, são esses sentimentos que orientam as pessoas a replicar as “fake news” na internet ou nas redes, movidas não pelo racional, mas por um furor em exterminar o inimigo: daí a negar a ditadura militar, a tortura, o Holocausto e a ciência é um passo. A revista “Pesquisa Fapesp” chegou a publicar a capa “Ciência Sob Ataque”, em outubro, sobre um levantamento realizado em 144 países que mostra a desconfiança nos pesquisadores e a rejeição a consensos científicos - da eficácia das vacinas à crise climática.

“Negar tudo isso é mais confortável. Não preciso negociar com outras visões de mundo, com outras opiniões. Basta que eu as elimine. Esse tipo de sentimento, que antes encontrava inibidores naturais em uma comunicação pautada pelos argumentos racionais e pelos fatos, perde as barreiras e ganha a cena”, diz Bucci, autor de “Existe Democracia Sem Verdade Factual?” (Estação das Letras e Cores).

Nesse livro, o jornalista mostra como a política deixa de ter a verdade como o seu fundamento ou lastro essencial e passa a operar a partir de crenças. Um parêntese: Bucci define fato como um acontecimento que todos são capazes de perceber pelas habilidades mais elementares de raciocínio, enquanto a verdade científica é uma verdade mais qualificada, requer linguagem técnica e procedimentos mais complexos que não são acessíveis a todos. “Quando a política deixa de ser feita com base nas verdades factuais e muitas vezes em convicções absurdas, estamos saindo do território da política e entrando no campo das tiranias fanáticas ou ‘fanatizantes’. Aí o futuro vira um enigma, uma charada de mau gosto”, afirma.

Embora não sejam um mal em si, as novas tecnologias, diz Bucci, permitem que os sistemas democráticos sejam capturados e sufocados por dentro, em um processo de larga escala. A popularização dos vídeos e áudios falsos viabilizados pela IA por meio das “deepfakes”, por exemplo, faz parte de cenas de um próximo capítulo que só terão limites se a sociedade os impuser - no mesmo espírito do movimento de contestação mencionado pelo professor Abramovay, da USP. Mas isso vai requerer dos anos 20 maturidade maior do que a acumulada até agora.